

## **PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E MEDIAÇÃO INSTITUCIONAL: territorialização do capital na agricultura familiar**

Msc. Luís Carlos Braga

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Rua Maringá, 1.200 - CEP: 85605-010 - Francisco Beltrao (PR), Brasil

Telefone: (+ 55 46) 3520 4834 – l.karlos2009@hotmail.com

Prof. Dr. Marcos Aurelio Saquet

saquetmarcos@hotmail.com

### **RESUMO**

No presente artigo procuramos entender como se dá o processo de sobreposição dos territórios dos agentes do capital, sobre o território da agricultura familiar, que conjuga diferentes formas de produção, resultado do processo histórico de acumulação de temporalidades e territorialidades. Os agentes do capital aqui são representados pela empresa fumageira Souza Cruz, pela empresa de laticínios Latco e também pela Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar (CLAF). Esta última desvirtuou-se de alguns de seus principais pressupostos, que tinham como objetivo dar mais autonomia aos agricultores na relação com as empresas de produção de lácteos. Para a constituição de uma base empírica que permitira maior detalhamento e análise desse processo, escolhemos como área de estudo e explicação geográfica o reassentamento Linha Itaíba, o qual localiza-se no município de Marmeleiro, PR.

**Palavras-chave:** Território, capital, agricultura familiar, subordinação.

### **ABSTRACT**

In the current article we try to understand how is the over position process of the territories of capital agents, about the territory of family agriculture, joints different forms of production, a result of the historical process of accumulation temporality and territoriality. The capital agents in this case are represented by Souza Cruz, a tobacco company, by Latco, a milk company and also by Milk Cooperative of Family Agriculture (MCFA). The last one has deviated from some of its main presuppositions, that has as objective to give more autonomy to the farmers in the relation with milk production companies. For a constitution of an empiric bases that would allow better details and analysis of this process, it has been chosen as a study area and geographic explanation the resettlement of Linha Itaiba, which is located in the county of Marmeleiro state of Parana.

**Key words:** Territory, capital, family agriculture, subordination.

### **RESUMEN**

En este artículo buscamos entender cómo se da el proceso de sobreposición de los territorios de los agentes del capital en el territorio de la agricultura familiar, que combina distintas formas de producción, resultado del proceso histórico de acumulación de temporalidades y territorialidades. Los agentes del capital están representados aquí por la empresa cigarrera Souza Cruz, la empresa de lácteos Latco y también por la Cooperativa de Leche de la Agricultura Familiar (CLAF). Esta última ha se distanciado de algunos de sus principales preceptos, que tenían como objetivo dar más autonomía a los agricultores en la relación con las empresas productoras de productos lácteos. Para formar una base empírica que permita mayores detalles y mejor análisis de este proceso, hemos seleccionado como área de estudio y explicación geográfica el reasentamiento Línea Itaiba, que se encuentra en el municipio de Marmeleiro, PR.

**Palabras-claves:** Territorio, capital, agricultura familiar, subordinación.

---

## **INTRODUÇÃO**

Em nossa pesquisa, buscamos identificar como ocorre o processo de territorialização do capital na agricultura, mais especificamente analisamos as relações da empresa fumageira Souza Cruz, da empresa de laticínios Latco e da Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar (CLAF) com os agricultores da Linha Itaíba Marmeleiro, PR.

Para a realização da pesquisa, efetivamos levantamento bibliográfico, de obras e artigos que tratam principalmente da temática do território e da questão agrária. Coletamos dados secundários do IBGE e da Secretária Municipal de Agricultura, bem como dados junto aos representantes das instituições atuantes na área de estudos e em relatórios do Sudoeste paranaense e, principalmente, do município de Marmeleiro e da Linha Itaíba.

Para a formação da base empírica, realizamos entrevistas com os envolvidos nas produções: os representantes das instituições e os agricultores. A área definida para estudo, demonstração e explicação geográfica corresponde à Linha Itaíba, um reassentamento rural localizado no município de Marmeleiro, Sudoeste do Paraná. O Reassentamento Linha Itaíba é formado por pequenas unidades de produção agropecuária, somando 35 famílias; destas, estudamos 21, das quais, 15, ou seja, 70%, produzem fumo e leite; 3 produzem somente fumo e 3 somente leite. Os fumicultores são integrados à Souza Cruz e os produtores de leite entregam a produção para a CLAF e a Latco. Os agricultores dessa localidade foram obrigados a deixar suas áreas de produção nos municípios de Itá, em Santa Catarina, e Aratiba, no Rio Grande do Sul, em decorrência da construção da Hidrelétrica de Itá, no Rio Uruguai, no final da década de 1980 e início da década 1990.

Procuramos identificar em quais territórios o reassentamento da Linha Itaíba está inserido e como ele se relaciona com esses territórios, analisando como as diferentes territorialidades e temporalidades externas influenciam na dinâmica do reassentamento.

### **ASPECTOS FUNDAMENTAIS DAS PRODUÇÕES LEITEIRA E FUMAGEIRA**

A inserção dos agricultores da Linha Itaíba no sistema de integração da Souza Cruz, ocorreu devido a dificuldade deles obterem uma renda suficiente para manter as famílias através das produções convencionais, como a soja e o milho, no bojo do processo da modernização da agricultura pelo qual o Sudoeste paranaense passava. Em 1999, um agricultor integrou-se a empresa, como ele obteve uma renda considerável se comparada às outras produções, logo outros agricultores também procuraram a empresa para se inserirem na produção do fumo. Então, a territorialização da produção fumageira no reassentamento foi intensa, em aproximadamente 3 anos, mais de 60% dos agricultores estavam produzindo fumo.

O processo de territorialização da produção de leite foi mais lento. Essa produção sempre esteve presente nas famílias, mas inicialmente era somente para o consumo e para a produção de derivados. No entanto, com o aumento na demanda da produção nacional, nas últimas 2 décadas - devido ao aumento na produção e no consumo de derivados, mecanização da produção e a possibilidade de obter através da atividade uma fonte de renda para os agricultores familiares -, a partir dos anos de 2003 e 2004, constatamos que houve um aumento no número de agricultores da Linha Itaíba, produzindo o leite para comercialização.

No processo de aumento da produção leiteira, algumas regiões destacam-se, dentre elas o Sudoeste paranaense com uma das produções que mais cresceram no país, 271% no período entre 1990 e 2006. A produção anual por estabelecimento também aumentou, passou de 4,6 mil litros, em 1996, para 13,9 mil litros em 2006 (200,1%), acima da média nacional (61,35%) (Censo Agropecuário 2007).

Em relação a produção de fumo, aproximadamente 90% dos produtores da Linha Itaíba adaptaram-se à produção conseguindo pagar os custeios e investimentos e obtendo uma renda média considerável se comparada com as outras produções realizadas anteriormente - atualmente somente dois agricultores estão com dívidas com a Souza Cruz. Essa porcentagem de agricultores que tiveram “sucesso” com a produção de fumo não é muito comum nesta região. Geralmente um número menor de produtores consegue atingir a estimativa. Segundo os entrevistados, um dos motivos que levaram os agricultores da Linha Itaíba a adaptarem-se ao sistema de trabalho com o fumo foi sua origem, pois todos são acostumados aos trabalhos braçais. Nas regiões aonde viviam, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, a agricultura não era mecanizada.

[...] onde nós morava era muito mais sofrido, porque a gente tinha que subir moro pra ir trabalhar; todo o trabalho era feito no braço, quebra milho, arranca feijão, tudo [...] e depois tinha que trazer tudo de carroça [...] às vezes tinha que carregar os produto nas costas até na carroça, porque nem com carroça não dava pra chegar [...] o inverno era muito mais forte, com cerração, as vezes até de meio dia [...] não

que trabalha com o fumo seja bom e da muito dinheiro, mas a gente vai plantando porque já passamos por coisa pior. (Depoimento de um agricultor da Linha Itaíba, maio de 2009)

Os agricultores aderem às relações de produções subordinantes, como o sistema de integração na produção fumageira, porque o desenvolvimento prometido, através da lógica tecnológica, resultou num progresso com custos elevados, gerou endividamento e crise em muitos pequenos estabelecimentos e para os pequenos comerciantes. A intensificação dos conflitos sociais pela posse da terra reestruturou e reconfigurou os lugares com diferentes características e valores adequando-os aos interesses do capital nacional e internacional, intensificando a divisão social do trabalho e as relações de poder e dominação. No entanto, as singularidades intrínsecas no território não permitem desenvolvê-lo homoganeamente (Santos, 2008). Segundo Fajardo (2008), ao mesmo tempo em que essa territorialidade produz uma dinâmica regional calcada na estrutura produtiva, resulta, ainda, em mudanças na paisagem rural. Desta forma, segundo Saquet (2004), o território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder que atuam integradas interna e externamente em cada local.

Conforme Saquet (2007), as novas organizações territoriais constituem-se apresentando mudanças e permanências, concretizando novas paisagens, identificadas e diferenciadas nas suas particularidades locais e regionais. O autor, ainda, afirma que, o espaço geográfico, as relações culturais, políticas e econômicas são fatores condicionantes das novas feições de paisagens originárias em diferentes ritmos de desenvolvimento dadas de maneira particular em cada território. O processo de produção capitalista se materializa na paisagem rural.

Diante do “novo” sistema de produção agrícola capitalista, baseado na produção ampliada de capital, a agricultura familiar teve que se adaptar à produção em larga escala, porém, reduzida a um curto intervalo de tempo, com o uso de técnicas modernas e implementos sofisticados, ingressando no mercado competitivo. Entretanto, devido à topografia e à organização fundiária, no Sudoeste paranaense, também se desenvolve o agronegócio através do sistema de integração na produção de fumo e de frango, principalmente nos pequenos e médios estratos de área. Com isso, novas territorialidades são geradas alienando ainda mais o produtor à subordinação do capital, além de constituir um exemplo claro da introdução do capital financeiro e industrial no campo.

Nesse contexto de modernização da agricultura, os agricultores buscam alternativas de produção para complementar a renda. A produção de leite que, inicialmente, era feita somente para o consumo e para a produção de derivados, passa a ser comercializada. Os agricultores geram novas territorialidades nos momentos de dificuldades, demonstrando a sua capacidade de resistência e adaptação para conseguir sobreviver num sistema que os coloca à margem.

Devido a esse conjunto de elementos, existe uma flexibilidade singular na economia familiar que lhe proporciona “[...] adaptar-se às condições das mais adversas, ao preço da permanência no mais baixo patamar da sociedade no que diz respeito ao usufruto da riqueza.” (PAULINO, 2008, p.219). Por isso devemos reconhecer “[...] as estratégias empreendidas pelos próprios camponeses, no sentido de aproveitar da melhor maneira possível os recursos disponíveis, certamente são decisivos”. (PAULINO, 2008 p.235)

Outro fator que influenciou o aumento da produção do leite foi o aumento no consumo de produtos lácteos como iogurte, queijos especiais e leite esterilizado. Estes produtos são introduzidos no comércio principalmente pelas multinacionais, as quais detêm a tecnologia necessária para a produção superando as empresas nacionais na região. A partir da década de 1970, adquirem e se associam às empresas nacionais, introduzindo o capital internacional na produção de laticínios. Com o aumento no consumo, os valores pagos pelo litro do leite aumentam oscilando em alguns períodos em que há maior ou menor oferta de matéria-prima. A variação na oferta do produto está ligada principalmente aos fatores climáticos e às estações do ano que influenciam no crescimento da pastagem. Devido a esse contexto, a produção leiteira passou por um intenso desenvolvimento tecnológico, durante a década de 1990, centrado na mecanização da produção, alojamento, resfriamento, transporte e melhoramento das raças.

A modernização industrial reflete-se no campo propiciando maior demanda na produção de leite, causando a marginalização de alguns agricultores, por não possuírem condições de modernizarem a produção; ao mesmo tempo, resultou em alternativa para aumentar a renda dos grandes pecuaristas e também para complementar a renda dos agricultores familiares.

Conforme Braga (2010), percebemos que a principal forma de subordinação dos agricultores são os dois movimentos: a circulação dos produtos industriais para a agricultura e a circulação dos produtos dos agricultores para as indústrias. Essa forma de subordinação está presente em quase todas as formas de produções dos agricultores familiares ligados à indústria; o que muda são as formas do capital agir; em algumas produções as relações podem ser contratuais; em outras, não. No caso da produção do fumo, o agricultor tem a liberdade de comprar os insumos e comercializar a produção, porém, os valores são definidos pelo mercado.

O Estado tem participação no desenvolvimento da produção do leite através da disponibilização de políticas de apoio oferecendo financiamentos para a construção de infra-estrutura. A produção do leite, em alguns municípios do Sudoeste paranaense, apresenta notável crescimento e vem tornando-se, nos últimos anos, uma das principais fontes de renda e/ou complementação de renda de muitos agricultores familiares. No município de Marmeleiro, onde se localiza nossa área de estudos, o Produto Interno Bruto (PIB) da atividade leiteira corresponde a 30% do PIB agropecuário do município (IBGE, 2009).

Porém, esse aumento na produção conseguido através da mecanização, resulta na concentração do setor de laticínios e, também, apesar de ser uma renda importante para os agricultores, os valores do litro do leite ainda são baixos. E no caso dos agricultores que produzem totalmente de forma mecanizada utilizando alimentos industrializados, a renda tem uma queda significativa devido ao alto custo da produção.

Na Linha Itaíba, dos que produzem o leite e o fumo, mais da metade consideram o leite como a principal atividade econômica do estabelecimento, porém, quando perguntamos qual o valor líquido anual de cada produção, o fumo aparece com renda superior ao leite em mais de 90% dos estabelecimentos. Isso pode ocorrer pela falta de contabilidade dos agricultores ou porque, como o leite proporciona uma renda mensal, os agricultores têm a impressão que o ganho é maior.

Através do depoimento de um dos agricultores percebemos a falta de contabilidade.

[...] quase sempre o fumo dá mais dinheiro que o leite, só que o fumo a gente recebe todo o dinheiro em 2 ou 3 meses, conforme vai entregando [...] daí a gente gasta quase tudo de uma vez [...] a gente segura alguma coisa pro resto do ano [...] mas sempre tem uma despesa ou outra [...] quando vê se foi o dinheiro [...] já o leite o dinheiro é todo mês [...] as vezes a gente compra com cheque ou a fiado antes de receber o cheque do leite [...] mas todo mês o dinheiro tá na conta o ano inteiro [...] dai o controle nos gastos é melhor. (Depoimento de um agricultor da Linha Itaíba, maio de 2009)

A importância da produção fumageira e leiteira pode ser analisada pela área utilizada para o plantio de fumo e para pastagem (tabela 1). Embora a produção de fumo seja uma atividade em que prevalece a utilização do trabalho braçal, a área total plantada é superior às áreas de produção de soja e milho, produções totalmente mecanizadas. A área da produção do feijão, um dos produtos básicos para a alimentação, corresponde a, aproximadamente, 10% da área do fumo. Alguns produtos como o milho, o feijão e as pastagens plantadas ocupam as mesmas áreas do fumo no período de entre safra.

Em relação a produção de leite a média mensal é de 3.600 litros e a média de vacas leiteiras por família é de 12. O maior produtor produz uma média mensal de 4.500 litros e possui 26 vacas. E o menor produz uma média mensal de 1.200 litros e possui 03 vacas. Comparando a média produzida por vaca entre o maior e o menor produtor, percebe-se que a média do que produz menos, é bem maior. Isso ocorre por vários fatores como, por exemplo, o agricultor que possui um número maior de vacas não produz alimentos suficientes e de qualidade para os animais, a qualidade dos

seus animais pode ser inferior ou no momento da pesquisa de campo algumas vacas não estavam produzindo leite, por estarem prenhas.

Tabela 1. As principais atividades agropecuárias da Linha Itaíba (2007/08)

Produto	Área total (ha)	Média de área cultivada por propriedade (ha)	Quantidade total produzida (kg)	Média produzida por propriedade (kg)	Produtividade média por hectare (kg)
Fumo	43	2,5	101.400	5.630	2.300
Milho	29,5	1,8	316.800	19.800	10.700
Feijão	4,9	1,0	6.280	1.256	1.280
Soja	33	8,2	59.400	14.850	1.800
Pastagem Natural	38	2,0	–	–	–
Pastagem cultivada	46	2,8	–	–	–

Fonte: Trabalho de campo, 2009.

Um pouco diferente da produção de leite, que é composta por pequenos agricultores e grandes pecuaristas, no Sul do Brasil, os agricultores integrados na produção do fumo são, em sua maioria, minifundiários com estabelecimentos que têm, em média, 20 ha, dos quais 10%, ou seja, dois ha, são utilizados na produção de fumo, durante cerca de quatro meses por ano. Em geral, uma colheita rende aproximadamente 2 mil quilos de fumo por ha (AFUBRA, 2009). Esses dados variam dependendo da região do Brasil.

Na Linha Itaíba, o tamanho dos estabelecimentos, em média, é menor e a quantidade de área por estabelecimento, destinada à produção, é maior; cerca de 40% a 50% da área é destinada à produção do fumo. A produtividade por hectare na Linha Itaíba é de 2.300 kg; pode ser considerada uma média alta se comparada à do Sudoeste paranaense, que é de 1.992 kg por ha, e à média do município de Marmeleiro, que é de 1.802 kg (IBGE Censo-agropecuário, 2007). Essa alta produtividade demonstra, juntamente com a utilização intensiva de insumos químicos e a boa fertilidade do solo, a dedicação dos agricultores à produção, na tentativa de conseguir renda maior; dedicação que se reflete na extensa jornada de trabalho necessária para realizar todas as etapas da produção.

Na Linha Itaíba, a produção leiteira foi introduzida de uma forma menos impactante que a produção fumageira, mesmo com incremento lento esta produção foi territorializando-se de maneira considerável.

O fumo e o leite, apesar de apresentarem dinâmicas diferentes, são dois tipos de atividades que demandam muito trabalho e apresentam uma tendência a se expandir na Linha Itaíba.

As ações da Souza Cruz, para manter o seu território, são mais efetivas como aconteceu, por exemplo, quando um produtor tentou integrar-se a outra empresa: como a Souza Cruz não tinha meios legais para evitar a entrada da empresa no reassentamento, ela disponibilizou mais dois galpões para esse produtor e seu filho, apesar de ele já ter sido integrado à Souza Cruz e não ter cumprido o contrato.

Para identificarmos as relações de poder exercidas pelas instituições, precisamos observar os diferentes territórios, formados com conflitualidades e contradições que podem ser percebidas, em nossa pesquisa, pelas condições de subordinação dos agricultores. Na produção do fumo, essa subordinação dá-se porque a Souza Cruz é uma das empresas que controla o agronegócio do fumo. Conforme Davids e Goldberg apud Fernandes (2008), agronegócio é um complexo de sistemas que abarca agricultura, indústria, mercado e finanças. No caso do agronegócio do fumo, as indústrias fumageiras, controlam quase todos os sistemas do complexo, no entanto, como elas não conseguem construir as condições para dominar totalmente o sistema agrícola, o agricultor tem certa autonomia, mesmo que às vezes seja uma autonomia condicionada para a realização das suas atividades, pois a mão-de-obra é familiar e ele é o proprietário dos meios de produção.

As pessoas agem, produzem e fazem parte do território de forma objetiva e subjetiva, pois a participação de cada um no território realiza-se de forma direta e indireta.



Existem, cada vez mais, múltiplas formas de apropriação e dominação na dinâmica territorial. É possível dominar sem estar presente. A apropriação e a dominação são cada vez mais heterogêneas e complexas. A própria dinâmica do capital, eminentemente desterritorializadora, cria as condições para a reterritorialização [...]. (SAQUET, 2007, p.169)

Alguns territórios são mais representativos no cotidiano das pessoas. O território da produção fumageira e leiteira está mais presente nas relações diárias dos agricultores da Linha Itaíba, pois são essas ocupações que proporcionam a maior parte da sua renda. O tempo para a realização das atividades, tanto das produções como de lazer, viagens etc, é organizado conforme a demanda de mão-de-obra.

Os agricultores recebem visitas periódicas dos representantes das instituições para instrução técnica, entrega de insumos, materiais publicitários etc. Isso faz com que os agricultores fiquem mais atentos aos fatores ligados à produção do fumo e do leite, como, por exemplo, à previsão do mercado, do clima e às inovações tecnológicas.

Os aspectos que proporcionam a disputa territorial entre as duas produções são as possíveis variações nos valores (futuros) dos produtos, os resultados econômicos da última safra, a quantidade de mão-de-obra familiar disponível e a disponibilidade de financiamentos. São fatores que vão determinar em qual produção cada agricultor vai se dedicar mais. É importante lembrar que o contrabalanceamento de tais fatores é realizado quase que intuitivamente pelos agricultores, pois eles não têm garantia nenhuma dos preços futuros dos produtos e, nas orientações repassadas pelos representantes das empresas, prevalece os interesses destas.

Esse processo envolve e é envolvido por relações de poder que precisam ser explicitadas. As instituições estudadas estabelecem relações de poder e controle dos produtores agrícolas por meio dos contratos firmados e do mecanismo de preços diferenciados praticados no mercado. Revendem os insumos químicos, equipamentos, o fumo e o leite por valores sempre maiores aos pagos.

A CLAF, apesar de ser constituída para diminuir a dissimetria entre as empresas de laticínios e os agricultores familiares, não está realizando tal papel, isso se verifica analisando o número de produtores que entregam o leite para a cooperativa na Linha Itaíba: dos 17 produtores de leite entrevistados, 9 entregam a produção para a Latco. E também em Marmeleiro, aonde a CLAF possui 170 associados, atualmente apenas 43 deles entregam leite nesta cooperativa, os outros comercializam com outros laticínios ou não produzem.

Alguns produtores preferem entregar o leite para a CLAF porque ela é formada por pequenos agricultores; eles sentem-se donos; não há uma exigência em relação à modernização da produção. Mesmo assim, somente um produtor não possui ordenha mecânica.

Os agricultores que entregam leite para a Latco justificam-se dizendo que é uma empresa mais avançada tecnologicamente, que dá segurança em relação ao recebimento e pagamento da produção, não sentindo a mesma segurança em relação a CLAF.

Em relação à produção de fumo, a única empresa para a qual os agricultores entregam a produção é a Souza Cruz, além dos atravessadores. Na safra 2007/08, a Souza Cruz comprou 71.000 kg de fumo e os atravessadores 27.600 kg. A renda total líquida das 18 famílias que produzem o fumo foi de R\$ 323.000,00. Considerando somente as pessoas envolvidas na produção, a renda mensal por pessoa seria de R\$ 401,00. A renda total líquida anual das 18 famílias que produzem o leite foi de R\$ 202.400,00; considerando somente as pessoas envolvidas na produção a renda mensal per capita seria de R\$ 251,00. Somente as famílias que possuem poucos membros produzem somente o leite; as famílias que produzem somente o fumo, plantam uma quantidade maior de pés de fumo; além disso, a produção de soja e milho também complementa a renda, além de produtos para o consumo familiar. São esses fatores que fazem com que os agricultores se reproduzam com uma renda baixa.

É importante lembrarmos que a renda citada, obtida na safra 2007/08, foi considerada pela maioria dos agricultores como a melhor safra desde o ano de 1999; isso porque, além dos fatores climáticos terem sido favoráveis, a entrada dos atravessadores gerou uma concorrência com a

Souza Cruz. Esta empresa, para conseguir que os agricultores entregassem a estimativa prevista da produção, pagou alguns centavos a mais que os atravessadores que, por sua vez, também tentavam “cobrir” a proposta da Souza Cruz.

Na Linha Itaíba, todos os membros de cada família estão inseridos na produção; como a maioria das etapas da produção compõe-se de trabalhos exaustivos, mas não pesados, as crianças e os idosos participam, principalmente trabalhando nos viveiros de mudas e na classificação das folhas de fumo. A exploração da mão-de-obra infantil e dos aposentados é um dos fatores que faz com que a produção de fumo ofereça uma renda média maior que outras atividades, isso porque, na maioria das outras produções, essa força de trabalho não pode ser aproveitada. A quantidade de trabalho desprendido por eles, que fica cristalizado no fumo, não é levada em consideração pelos fumicultores, e, no caso dos idosos, o trabalho é considerado um passatempo, uma possibilidade de estar junto com a família. Na produção do leite, também é utilizada a força de trabalho dos idosos, mas principalmente a das crianças, de forma menos intensiva, e o trabalho é menos exaustivo. Geralmente, eles trabalham no transporte dos alimentos para os animais, na limpeza das estrebarias e no manejo dos animais na pastagem. Antes da utilização das ordenhas, necessitava-se de mais mão-de-obra, os membros da família precisavam acordar cedo para a ordenha matinal, pois o tempo de trabalho era maior; a utilização de caminhões tanque possibilitou a coleta a qualquer hora. Quando os caminhões utilizavam os tarros para transportar o leite, a coleta tinha que ser realizada somente durante as primeiras horas do dia.

No interior da família, existe uma divisão social do trabalho. Cada membro desempenha um trabalho útil e concreto, dependendo do momento e da necessidade, articulando um processo de cooperação, em que os membros da família formam uma jornada combinada de trabalho (SANTOS, 1978).

### **AS RELAÇÕES ENTRE OS AGRICULTORES E INSTITUIÇÕES: CLAF, Souza Cruz e Latco**

A Souza Cruz oficializa o sistema de integração com os agricultores através de uma relação contratual. Os contratos, com a empresa são válidos por 1 ano (para quem não possui dívidas contraídas para a construção da infra-estrutura, pois nesse caso os contratos são mais longos). Isso pode significar para o fumicultor um aspecto negativo, já que, após o final da safra a empresa pode considerar que ele não reúne mais atributos de valor para ela e marginalizá-lo da produção, ao mesmo tempo, esse contrato “curto” pode dar-lhe a possibilidade de, no final da safra, optar por não produzir mais o tabaco, mesmo ficando sem a renda média da produção, caracterizando uma relação política denominada por Raffestin (1993) de aleatória, pois, mesmo que o rompimento de uma relação acarrete perdas para um dos atores, sempre há uma possibilidade.

Para que possamos entender o funcionamento da integração, é mister dissociar a consciência crítica da aceitação. O desencanto com a situação não quer dizer necessariamente que se pretenda mudá-la, porquanto não vislumbram alternativas mais rentáveis, não querem arcar com o desconforto ocasionado no processo de mudança ou, ainda, por falta de apoio do Estado para essa transição (Paulilo, 1990). A maioria dos entrevistados integrados à Souza Cruz têm clareza de algumas vantagens da empresa, e não concordam com os itens do contrato e com a forma de classificação do fumo, além de entenderem que a sua produção é uma atividade fisicamente exaustiva.

Conforme observamos empiricamente a produção do fumo demanda maior quantidade de mão-de-obra, já as atividades da produção do leite são mais regulares e exigem menos pessoas trabalhando.

Na produção do fumo, as relações de poder da empresa são exercidas de forma direta através da assistência técnica, já que o trabalho do agricultor passa a ser parcialmente assistido para que o produtor cumpra as etapas e utilize a infra-estrutura da forma como a empresa deseja. Durante os primeiros anos que o fumicultor está integrado à empresa, ele é assistido regularmente; depois de ter assimilado as técnicas para a produção, ele recebe assistência quando a solicita ou, esporadi-

camente, quando o técnico precisa fazer o pedido dos insumos, solicitar que o produtor entregue a produção ou atualizar informações a respeito da mesma.

O técnico tenta fazer com que os agricultores cumpram as cláusulas contratuais. Analisemos algumas das principais cláusulas do contrato que atrela o fumicultor à empresa:

2.2. O PRODUTOR deverá cultivar a plantação de fumo:

a) Seguindo a orientação técnica da COMPRADORA, utilizando as sementes e demais insumos agrícolas básicos indicados pela COMPRADORA e disponibilizados pela COMPRADORA para aquisição, mediante entrega do receituário agrônomico firmado por profissional habilitado; b) Somente com os fertilizantes e defensivos agrícolas recomendados pela COMPRADORA, de acordo com as especificações técnicas contidas no receituário agrônomico. (CONTRATO DE INTEGRAÇÃO, safra 2008/09)

Essa cláusula é a que oficializa o movimento de circulação dos insumos químicos da indústria para a agricultura.

A seguir analisamos as cláusulas que dizem respeito a estimativa da produção e a comercialização do fumo em folha:

3.1. A produção do fumo, objeto do presente contrato, resultante da área plantada e da estimativa de produção acordada entre as partes, deverá ser integralmente adquirida pela COMPRADORA junto ao PRODUTOR, podendo variar até no máximo 5% (cinco por cento) para mais ou para menos e será entregue pelo PRODUTOR para classificação e aquisição no estabelecimento da COMPRADORA que for por esta definida, nas cidades de Blumenau/SC, Sombrio/SC, Rio Negro/PR ou Santa Cruz do Sul/RS. (CONTRATO DE INTEGRAÇÃO, safra 2008/09)

O agricultor que não cumprir esta cláusula deverá pagar multa não compensatória (não em forma de fumo) de 10% do valor apurado de acordo com a estimativa contratual e a infração das demais cláusulas.

Essas cláusulas são as responsáveis pelo segundo movimento de circulação, ou seja, circulação da matéria - prima da agricultura para as indústrias; nesse processo, a empresa rebaixa o valor do produto do agricultor através de alguns mecanismos que analisaremos a seguir, os quais constam na cláusula que trata do preço do fumo:

4.1. O preço de compra do fumo será aquele acordado entre as partes nas instalações da COMPRADORA, conforme a classificação do produto, observados os valores mínimos acordados entre as representações oficiais dos produtores (FETAG, FETAESC, FARSUL, FAESC, FETAEP, FAEP e AFUBRA) e a COMPRADORA, e, na sua falta, os preços mínimos da tabela divulgada pela COMPRADORA.

4.1.1. Não havendo consenso entre o PRODUTOR e a COMPRADORA no que se refere à classificação do fumo produzido pelo primeiro, as partes poderão consultar o técnico da empresa especializada para dirimir eventuais dúvidas e prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários. Caso, ainda assim, as partes não cheguem a um acordo no que se refere à classificação do fumo, o PRODUTOR poderá exercer a faculdade de não vender a sua produção de fumo para a COMPRADORA. (CONTRATO DE INTEGRAÇÃO, safra 2008/09)

Em contraponto a essa cláusula, a empresa já possui outras duas que garantem seu poder na relação com o produtor, as quais descrevemos a seguir:

4.2. Na hipótese de o PRODUTOR exercer a faculdade prevista na cláusula 4.1.1 supra, este deverá pagar à COMPRADORA, os valores por ela garantidos conforme contrato, bem como deverá restituir à COMPRADORA, à vista, todo e qualquer valor que por ela tenha sido adiantado ao PRODUTOR para financiar a sua produção, incidindo, a atualização, tal qual previsto na cláusula 6.4 infra.



5.1. A COMPRADORA e o PRODUTOR obrigam-se a praticar os preços e condições resultantes da negociação do preço do fumo entre representações oficiais dos produtores e a COMPRADORA e, na sua falta, os preços da tabela sugerida pela COMPRADORA (grifo nosso), nos termos e condições do presente contrato. (CONTRATO DE INTEGRAÇÃO, safra 2008/09)

O contrato atrela o fumicultor a uma série de obrigações de interesse da empresa e as poucas cláusulas que poderiam possibilitar ao agricultor maior poder na relação com a empresa, não são de conhecimento dos produtores, devido a não leitura do contrato e porque essas cláusulas não são bem explicadas pelo técnico.

Dentre os itens do contrato, a classificação das folhas pode ser considerada o principal fator de subordinação direta dos produtores, pois, para manter o produtor integrado, a empresa realiza anualmente reajustes no valor do quilo que corresponde a cada classe determinada, porém, ela aumenta o valor do quilo, mas deprecia a qualidade da folha no momento da classificação diminuindo, normalmente, a quantidade do fumo na classe B1, que é a mais valorizada. Assim, a qualidade do fumo vem baixando, a cada safra, quando o normal seria o aumento devido à experiência que os produtores vão adquirindo na produção e às novas técnicas empregadas.

A empresa cobrará dos agricultores os valores garantidos por ela na agência de crédito. Podendo a COMPRADORA incluir o agricultor em cadastros de restrições de crédito (SERASA, SPC). Sobre os insumos fornecidos pela empresa, além daqueles comprados com o financiamento assim como qualquer adiantamento por parte da empresa, serão acrescidos juros de 0,5%. Todos os valores adiantados pela COMPRADORA ou garantidos em agências de crédito serão quitados mediante compensação no momento da aquisição do fumo nas instalações da COMPRADORA.

O fumicultor tem a opção de pagar os insumos de forma antecipada, conseguindo um desconto de 12%, porém, nesse caso o pagamento deve ser realizado no máximo 15 dias após a emissão das notas fiscais dos insumos, ou seja, cerca de 10 meses antes da comercialização da safra. Essa “possibilidade” não foi utilizada por nenhum produtor da Linha Itaíba, pois eles não possuem condições econômicas de investir a renda da safra passada na próxima, pois a renda já está comprometida com os gastos de manutenção da propriedade e despesas básicas da família.

### **AS RELAÇÕES ENTRE AS INSTITUIÇÕES LEITEIRAS E OS PRODUTORES DIFEREM DAS RELAÇÕES COM A EMPRESA FUMAGEIRA**

A Latco não possui relação contratual com os agricultores. O agricultor, no final do mês, recebe uma nota fiscal com a descrição do produto: quantidade entregue naquele mês, resultados das análises, valor do frete e dos impostos, preço por litro de leite e o valor que o agricultor irá receber pela produção. Juntamente com a nota fiscal ele recebe o cheque do Banco Bradesco com o valor da produção daquele mês. A empresa não faz mediação para facilitar o acesso dos produtores a financiamentos para investimentos na produção.

A Latco estabelece o preço do litro do leite pela qualidade. Caso o leite seja classificado como de baixa qualidade, a empresa faz algumas observações na nota fiscal, principalmente em relação à higiene, para que o agricultor melhore a qualidade do leite. Na análise do leite, é identificado se ele possui acidez; se o leite apresentar acidez, é descontado 1 ponto por litro do leite. Os agricultores não souberam informar quanto é descontado em reais por cada ponto. A Latco desconta para o frete R\$ 0,04 por litro e há aproximadamente 2 anos o valor do frete é o mesmo. Todos os dias realiza-se a análise no leite. Caso seja encontrada alguma substância estranha, principalmente medicamentos provenientes de vacinas, o produtor que entregou o leite contaminado é identificado e terá que pagar toda a carga do leite.

A Latco pagou, em média, por litro de leite, nos últimos seis meses de 2009, R\$ 0,52. Comparando com os dados coletados, no final de 2008 e de 2009, percebemos que não houve aumento

no valor do litro, já que a média desse período também foi de R\$ 0,52.

A CLAF também não estabelece vínculo contratual com o produtor. Para entregar o leite, o produtor precisa ser associado à cooperativa. Para ele se tornar um associado, conforme o Estatuto da CLAF, precisa pagar cotas partes. Atualmente, os associados (da CLAF de Marmeleiro) possuem cotas partes nos valores entre R\$ 25,00 e R\$ 50,00. A cooperativa fornece notas fiscais mensalmente com a descrição da produção, incluindo os laudos de resultantes da análise do leite. Algumas CLAFs optam por pagarem somente por qualidade ou por quantidade, a CLAF de Marmeleiro considera os dois itens. No caso da qualidade, o leite é qualificado em três padrões: alto;baixo e padrão; a variação de preço entre os padrões é de R\$ 0,06. O preço por quantidade é estabelecido do seguinte modo: o produtor que entrega mensalmente até 3.000 mil litros não recebe acréscimo no preço; o produtor que entregar mensalmente entre 3.000 a 8.000 mil litros recebe R\$ 0,01 de acréscimo no preço do litro do leite; e o produtor que entregar mensalmente entre 8.000 a 15.000 litros recebe um acréscimo de R\$ 0,02; produtor que entregar acima de 15 mil litros recebe um acréscimo de R\$ 0,03, porém, a cooperativa não estabelece meta de produção para o agricultor atingir.

No Estatuto da Cooperativa consta que esta descontará R\$ 0,01 por litro de leite do produtor para gastos operacionais, como manutenção, administração etc. A CLAF de Marmeleiro, segundo Ariovaldo Luciano Floriano Gawenda, em entrevista, há alguns anos deixou de descontar esse valor de R\$ 0,01 para os gastos operacionais. Atualmente, os gastos com funcionários, diretores, material de escritório e contabilidade, são descontados da produção entregue pelos associados, e o que sobra é repassado aos agricultores. Não há uma taxa fixa a ser descontada, há uma previsão de quanto serão os gastos operacionais. Nunca é realizada uma reserva para os momentos de crise.

Em relação aos produtores que deixam de entregar o leite para a cooperativa e depois querem voltar a entregar, há um item no Estatuto, em que consta que o produtor, para voltar a entregar para a cooperativa, terá que pagar uma multa. Porém, a CLAF de Marmeleiro analisa caso a caso, ou seja, se não for um produtor muito oportunista, que fica a todo momento mudando de instituição a cooperativa não cobra multa para ele voltar a entregar, até porque é interesse da mesma manter o produtor associado.

Em relação à modernização da produção, a CLAF recebe o leite mesmo que o produtor não tenha toda uma estrutura adequada para a produção; nas palavras do diretor: “[...] nós pegamos o leite que é resfriado desde geladeira até tanque de expansão [...] o que nós tentamos fazer é conscientizar o produtor” (Entrevista com Ariovaldo Luciano Floriano Gawenda, dezembro/2009).

Observando análises de alguns produtores – fornecidas pela CLAF- percebemos que a mecanização da produção não significa que o leite terá boa qualidade. Aproximadamente 50% dos agricultores não produzem o leite dentro dos padrões considerados de qualidade. Porém, segundo o diretor da CLAF, a qualidade varia muito a cada mês. O agricultor que apresenta uma qualidade baixa em determinado mês, no outro pode apresentar uma qualidade boa e também pode acontecer o contrário.

Apesar da CLAF ter uma loja que vende todos os medicamentos e suplementos alimentares, segundo o diretor, ela não obriga os associados a comprarem os produtos na cooperativa; a maioria compra espontaneamente. Entretanto, segundo dois agricultores entrevistados - que além de associados, entregam o leite para a cooperativa e não compram os produtos na CLAF - os preços dos produtos não são menores e, em alguns casos, são maiores que nos outros estabelecimentos comerciais; no caso da ração (um dos principais produtos comercializados), a cooperativa somente revende e por um valor maior, se comparado com a distribuidora, à qual, o produtor pode ter acesso direto.

É contraditório o fato da cooperativa ter como um dos seus princípios, desde a sua constituição, conscientizar o agricultor a produzir leite a pasto (ou seja, utilizar o mínimo de produtos industrializados e mais pastagens plantadas) com um custo de produção baixa e, ao mesmo tempo, ter uma loja que tem como uma das principais funções a comercialização de alimentação industrializada.

Aqui podemos perceber uma das principais dificuldades das cooperativas que, segundo Lannoy (2009), é o fato de que as cooperativas não seguem o caminho definido por seus idealizadores. As

cooperativas desvirtuam-se dos seus ideais e acabam esquecendo que a prioridade é amenizar as desvantagens dos agricultores familiares. Em entrevista, Basso (2009), afirmou que os assessores não eram a favor de anexar lojas de comercialização de produtos para a produção leiteira à cooperativa, mas chegou um momento em que não foi possível resistir, pois os dirigentes tinham o poder político para tomar essa decisão.

Outro problema para a CLAF, quando ela passa a entrar nessa atividade, é que:

[...] os dirigentes quando se defrontam com as atividades comerciais, perdem o foco, eles se deslocam, porque elas são muito motivadoras, proporcionando o aparecimento de duas situações que podem colocar em risco a cooperativa: competir com as empresas na mesma perspectiva, porque as grandes empresas têm mais capacidade de suportar qualquer oscilação e capacidade de implantar políticas para aniquilar o concorrente; e o outro é que, ao se concentrar com as atividades ligadas ao mercado, perde-se a preocupação com a organização interna e a preocupação com a organização da cooperativa em si, ocasionando problemas de gestão administrativa. (ENTREVISTA COM DIRCEU BASSO, dezembro/2009)

Outro aspecto que vai contra os princípios da cooperativa é em relação aos micro-fóruns, os quais eram realizados mensalmente com representantes de todas as CLAFs; neles, eram analisados e debatidos os problemas e apontadas as sugestões apontadas pelos associados. Segundo o diretor da CLAF de Marmeleiro, os micro-fóruns eram realizados regularmente até meados de 2009, depois deixaram de acontecer; assim, não há mais espaço para a crítica e debate para a superação das dificuldades.

A mudança supõe conflito, ou melhor, o conflito é uma condição para a mudança, é um bom sinal o conflito, olhando como uma energia, como um vigor. O problema é quando descamba para uma crise, quando se vai para rupturas, quando realmente se arisca destruir e não construir, e acaba não evoluindo, muitas vezes, porque os conflitos não têm um espaço de solução. Então, entre essa discussão da chamada gestão social do desenvolvimento, então você tem que cria estâncias aonde os conflitos podem ser levados e administrados para que haja superação dos problemas [...] porque aí o cooperativismo pode ser melhor. Essa crítica serve para melhorar o cooperativismo para torná-lo mais autêntico. Quando uma instituição não aceita mais crítica, ela perde a oportunidade de se renovar, de mudar [...] o triste é quando você vai a um lugar em que o pessoal nem levanta a cabeça e não consegue nem dizer qualquer crítica ou contestação a uma certa situação [...]. (ENTREVISTA COM CHRISTOPHE DE LANNOY, dezembro/2009)

Portanto, é preciso canalizar essa energia que vem do embate das idéias; a administração da cooperativa precisa ter habilidade para que esse processo de conflitos seja bem orientado e não simplesmente reprimido para, desse modo, conseguir desenvolvimento na organização política.

Seria fundamental uma gestão democrática, pois ela impediria o surgimento de algumas práticas clientelistas, paternalistas. Se a cooperativa não for aberta para os cooperados, essas práticas se manifestam. Seria necessário, para o cooperativismo, desenvolver institucionalidades, criar regras formais e informais de gestão e fazer com que o estatuto seja respeitado, garantindo a realização de auditorias internas, que fossem transparentes e permanentes, gerando confiança a outras instituições.

As cooperativas podem estabelecer uma articulação para proporcionar a valorização dos produtos regionais. Para isso é necessário maior consciência, uma identidade entre os agricultores, que possa facilitar a concretização de relação de solidariedade. Não há valorização da produção local por parte das empresas externas. Por exemplo, segundo Lannoy, poderia ser organizado, pelos agricultores, um processo de abastecimento de leite de baixo custo e de qualidade. Ainda, segundo o agrônomo:

Então esse é o mercado, por isso que o grande desafio é a chamada construção social do mercado, a luta social, política, ambiental tem que ser pra mudar o mercado [...] então eu vejo que essa é a

nossa luta hoje se for pensar em termos políticos, sociais, ambientais, a nossa luta é pra construir um mercado diferente, mudar as relações, através das organizações econômicas por isso a importância das organizações econômicas como as cooperativas. (ENTREVISTA COM CHRISTOPHE DE LANNOY, novembro de 2009)

Entendemos que, para o desenvolvimento da agricultura, uma possibilidade é a integração ao mercado convencional, os agricultores optam por duas ou três produções, para tentar manter certo equilíbrio na reprodução da unidade familiar. É fundamental produzir para a subsistência e para o mercado, para que possam adquirir produtos que precisam e não conseguem gerar em seus estabelecimentos.

Cabe aos agricultores construir redes solidárias de trocas de experiências, ajuda mútua e uma rede de comercialização própria e direta ao consumidor:

[...] para a construção de novos territórios e territorialidades, que possam constituir uma sociedade mais justa, através da autogestão e da autonomia, é preciso valorizar a cultura, as formas de produção específicas de cada lugar, com uma política voltada para o reconhecimento destas particularidades. No dizer de Milton Santos, isso requer um processo de resistência do território diante das imposições da mundialização do capital [...] Diante da sedução e das forças dos fluxos, precisamos reconduzir as ações aos lugares, com relações de coesão e com direito à autogestão. (SAQUET, 2007, p.177)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que existe uma disputa de territórios entre as instituições das produções leiteira e fumageira na Linha Itaíba. Tal disputa é influenciada principalmente pelos seguintes elementos: condições climáticas, preços dos produtos, disponibilidade de financiamentos e força de trabalho, mudanças nas formas de relações entre as instituições e os agricultores, em virtude, no caso da produção do fumo, da entrada dos atravessadores e da disponibilidade da força de trabalho da família.

Em relação à produção do fumo não há possibilidade dela ser organizada de uma forma que não prejudique o agricultor, já que a sua ação de retorno sobre a sociedade é muito intensa, mas também não é possível a produção ser encerrada sem a transição para outra atividade, devido à quantidade de agricultores que utilizam a renda do fumo.

É a conflitualidade das relações, proporcionada pela sobreposição dos territórios, que faz com que não possamos negligenciar a expansão do capitalismo sobre a agricultura, que vai gradativamente controlando e ajustando o trabalho dos agricultores. Ao mesmo tempo, não podemos ignorar as particularidades que são próprias dos agricultores familiares como as suas relações de trabalho e as formas de aplicação e divisão da renda dentro do núcleo da família, tais formas não obedecem aos padrões capitalistas, onde cada trabalhador tem um salário fixo ou depende da sua produtividade. Além disso, eles ainda realizam os trabalhos de ajuda mútua, a socialização de alguns implementos agrícolas e a produção de alguns produtos básicos para a alimentação.

Um ponto fundamental, que poderia viabilizar alternativas de produção menos subordinantes aos agricultores, seria uma melhor gerência tanto pela parte das entidades que “auxiliam” a agricultura quanto pelos agricultores, dos recursos provenientes das políticas públicas. As cooperativas de crédito, ligadas a agricultura familiar, precisam ter suas políticas voltadas para tentar diminuir a dissimetria entre os agricultores e os empresários industriais, os sistemas de créditos, as grandes corporações e não serem voltadas para ajustarem totalmente os agricultores às produções convencionais padronizadas.

O conflito territorial que percebemos aumenta cada vez mais devido à lógica capitalista presente na sociedade. É um processo contraditório que implica interesses mercantis, especialmente da LATCO e da SOUZA CRUZ e, ao mesmo tempo, necessidades e desejos referentes à simples sobrevivência de cada família agricultora. Há um campo de forças que envolve as famílias e as condiciona cada vez mais a se inserirem no modo capitalista de produção como força de trabalho

subordinada para produzir alimentos e matérias-primas a baixos preços.

Assim, a CLAF se coloca como uma alternativa, porém, precisa ser gerenciada mais democraticamente, valorizando seus princípios iniciais. Fortalecer a produção de leite a pasto e construir mecanismos de solidariedade pode efetivamente contribuir para aumentar os ganhos dos agricultores e para fortalecer sua organização política.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- AFUBRA. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/principal>> Acesso em: 20 jan. 2009.
- BASSO, D. **A produção e a gestão das políticas de desenvolvimento rural pelos agricultores familiares de Dois Vizinhos-PR**. 2003. 198 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Porto Alegre, 2003.
- BRAGA, L.C. **A territorialização da produção leiteira e fumageira na Linha Itaíba, Marmeleiro/PR**. 2010. 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE, Francisco Beltrão, 2010.
- Censo Agropecuário. Disponível em: <[www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br)>. Acesso em: 10 out. 2009.
- FABRINI, J. E. (Org). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-302.
- FAJARDO, S. **Territorialidades corporativas no rural paranaense**. Guarapuava: Unicentro, 2008.
- FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. (Org). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo, Expressão Popular, 2008, p. 273-302.
- PAULILO, M. I. S. **Os produtores e agroindústria: consensos e dissensos, o caso de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1990.
- PAULINO, E.T. Territórios em disputa e agricultura In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. (Org). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 213-238.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, J.V.T. **Colonos do vinho: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5º ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SAQUET, M.A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: DOMINGUES, A. et al. (org). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004, p.121-148.

### Entrevistas

- BASSO, D. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga**. Francisco Beltrão, 15 de dez. 2009.
- GAWENDA, A.L.F. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga**. Francisco Beltrão, 22 de dez. 2009.
- LANNOY, C. **Entrevista concedida a Luís Carlos Braga**. Francisco Beltrão, 20 de nov. 2009.

Trabalho enviado em setembro de 2010  
Trabalho aceito em dezembro de 2010